

# **História Contemporânea**

**Camila Jansen de Mello de Santana  
Marco Antonio Stancik**



**São Cristóvão/SE  
2011**

# História Contemporânea

Elaboração de Conteúdo  
Camila Jansen de Mello de Santana  
Marco Antonio Stancik

---

**Projeto Gráfico e Capa**  
Hermeson Alves de Menezes

**Diagramação**  
Nycolas Menezes Melo

**Ilustração**  
Camila Jansen de Mello de Santana  
Marco Antonio Stancik

Conteúdo produzido originalmente para o curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR.

---

FICHA CATALOGRÁFICA PRODUZIDA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S2371 Santana, Camila Jansen de Mello  
História contemporânea / Camila Jansen de Mello de Santana,  
Marco Antonio Stancik -- São Cristóvão: Universidade  
Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

1. História moderna - Séc. XIX. 2. Revolução industrial. 3.  
Cultura. I. Stancik Marco Antonio II. Título

CDU 930.1

**Presidente da República**  
Luiz Inácio Lula da Silva

**Chefe de Gabinete**  
Ednalva Freire Caetano

**Ministro da Educação**  
Fernando Haddad

**Coordenador Geral da UAB/UFS**  
**Diretor do CESAD**  
Antônio Ponciano Bezerra

**Secretário de Educação a Distância**  
Carlos Eduardo Bielschowsky

**Vice-coordenador da UAB/UFS**  
**Vice-diretor do CESAD**  
Fábio Alves dos Santos

**Reitor**  
Josué Modesto dos Passos Subrinho

**Vice-Reitor**  
Angelo Roberto Antonioli

---

**Diretoria Pedagógica**  
Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

**Núcleo de Serviços Gráficos e Audiovisuais**  
Giselda Barros

**Diretoria Administrativa e Financeira**  
Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)  
Sylvia Helena de Almeida Soares  
Valter Siqueira Alves

**Núcleo de Tecnologia da Informação**  
João Eduardo Batista de Deus Anselmo  
Marcel da Conceição Souza  
Raimundo Araujo de Almeida Júnior

**Coordenação de Cursos**  
Djalma Andrade (Coordenadora)

**Assessoria de Comunicação**  
Edvar Freire Caetano  
Guilherme Borba Gouy

**Núcleo de Formação Continuada**  
Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

**Núcleo de Avaliação**  
Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)  
Carlos Alberto Vasconcelos

---

**Coordenadores de Curso**  
Denis Menezes (Letras Português)  
Eduardo Farias (Administração)  
Haroldo Dorea (Química)  
Hassan Sherafat (Matemática)  
Hélio Mario Araújo (Geografia)  
Lourival Santana (História)  
Marcelo Macedo (Física)  
Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

**Coordenadores de Tutoria**  
Edvan dos Santos Sousa (Física)  
Geraldo Ferreira Souza Júnior (Matemática)  
Ayslan Jorge Santos de Araujo (Administração)  
Priscila Viana Cardozo (História)  
Rafael de Jesus Santana (Química)  
Gleise Campos Pinto Santana (Geografia)  
Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)  
Vanessa Santos Góes (Letras Português)  
Lívia Carvalho Santos (Presencial)

---

## **NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO**

Hermeson Menezes (Coordenador)  
Arthur Pinto R. S. Almeida  
Marcio Roberto de Oliveira Mendonça

Neverton Correia da Silva  
Nicolás Menezes Melo

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"  
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze  
CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE  
Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474



# Sumário

---

## **AULA 1**

Revoluções liberais-burguesas do século XIX ..... 07

## **AULA 2**

Capitalismo e revolução tecnológica no século XIX..... 35

## **AULA 3**

Revolução Cultural ..... 53

## **AULA 4**

A relação com o corpo e a sexualidade e suas transformações ..... 69

## **AULA 5**

Contracultura ..... 81

## **AULA 6**

Industrialização, modernização e mudanças nas sociabilidades.....93



## PALAVRAS DOS PROFESSORES

Prosseguiremos trabalhando com História Contemporânea. Desta vez, a proposta é fazê-lo explorando determinados temas que vêm ganhando destaque na produção historiográfica relativa ao longo período que se estende do final do século XVIII aos dias atuais.

Contudo, tal escolha não é simples de se fazer! Afinal, como selecionar – e, portanto, excluir – os assuntos a serem abordados? Como será fácil de perceber nas páginas que se seguem, a opção foi em favor de revoluções e transformações de caráter político, cultural e social que marcaram a sociedade ocidental do período. E assim o fazendo, contribuíram decisivamente para definir a(s) fisionomia(s) do mundo contemporâneo naqueles diversificados aspectos, dando origem ao mundo ao qual hoje pertencemos e que, como sabemos, não foi sempre – nem prosseguirá sendo – tal e qual é na atualidade.

Com isso, os temas explorados vão de revoluções burguesas e proletárias à moda; de transformações de caráter tecnológico às questões pertinentes à relação com o corpo e a sexualidade; das barricadas erguidas em Paris no século XIX, mas que também ocorreram na década de 1960, aos movimentos de contracultura que se expandiram na segunda metade do século XX; do mundo do trabalho e das indústrias aos espaços de expressão da intimidade e da vida doméstica; de um mundo com características ainda predominantemente agrícolas (a Europa continental do início do século XIX) aos gigantescos centros urbanos nascidos com a expansão capitalista.

Por isso, embora tenhamos certeza de que muitos assuntos não menos relevantes ficaram de fora, acreditamos que aqueles selecionados o auxiliarão a ter uma ideia da amplitude e da diversidade das transformações pelas quais passou o mundo ocidental nestes últimos séculos, que denominamos de contemporaneidade. Esperamos, além do mais, que a partir dessas páginas você encontre material e estímulo para prosseguir adiante, pesquisando e conhecendo com maior profundidade o que aqui foi exposto e tantos outros temas e questões relativos à história contemporânea.

Camila Jansen de Mello de Santana  
Marco Antonio Stancik





## REVOLUÇÕES LIBERAIS- BURGUESAS DO SÉCULO XIX

### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar o contexto das revoluções ocorridas no século XIX;

compreender a relevância da ascensão política da burguesia;

perceber as consequências sociais, políticas e econômicas das revoluções burguesas e proletárias ocorridas no período.

### INTRODUÇÃO

Três datas marcadas por revoluções tornaram-se especialmente emblemáticas no século XIX, embora outras também tenham ocorrido no período. Correspondem elas aos anos de 1830, 1848 e 1871, durante os quais importantes processos de caráter revolucionário tiveram lugar na Europa. Por isso, iremos analisá-las na presente unidade.

Em relação às duas primeiras, trata-se de lutas burguesas que tinham em vista oponentes bem delimitados: em 1830, eles eram constituídos pelos membros da aristocracia do Antigo Regime, que foram derrotados. Em 1848, o inimigo era o proletariado, cujas manifestações de rebeldia a partir de então passaram por um período de aproximadamente duas décadas de relativo abafamento.

Isso até chegar-se ao ano de 1871, quando, sob uma intensa crise de caráter econômico e político, o proletariado voltou novamente a se insurgir de forma intensa naquele que se tornou um dos primeiros episódios revolucionários documentados pela fotografia. Uma grande revolução, saudada calorosamente por Karl Marx (1818-1883) e rapidamente abortada.

Tais revoluções ocorreram, conforme salienta o historiador britânico Eric J. Hobsbawm, porque, após a derrota de Napoleão em 1815, “os sistemas políticos novamente impostos à Europa eram profundamente e cada vez mais inadequados, num período de rápida mudança social, para as condições políticas do continente, e porque os descontentamentos econômicos e sociais foram tão agudos a ponto de criar uma série de erupções virtualmente inevitáveis”. (HOBSBAWM, 1991, p. 130).

Ainda assim, pode surgir uma dúvida: qual seria a importância de se deter no estudo desses três acontecimentos? Para responder à pergunta, podemos nos valer da argumentação do historiador britânico Christopher Hill, para quem uma revolução burguesa, tal como o foram as de 1830 e 1848, “não é uma revolução na qual a burguesia faz a luta – eles nunca fizeram isso em nenhuma revolução – mas uma revolução cuja ocorrência limpa o terreno para o capitalismo”. (Apud MARQUES, BERUTTI & FARIA, 2010, p. 9).

Segundo Modesto Florenzano, o conceito de revolução burguesa define fenômenos históricos protagonizados pela burguesia, ou ainda aqueles dos quais ela foi beneficiada, tal como se pode observar no contexto histórico do nascimento do capitalismo, quando a sociedade feudal transforma-se em burguesa. Isso, apesar de o autor considerar, tal qual o faz Christopher Hill, que a classe burguesa quase nunca foi verdadeiramente revolucionária, tendendo muito mais ao reformismo e se beneficiado dos resultados dos movimentos revolucionários em que esteve envolvida (FLORENZANO, 1998).

Criando um terreno mais favorável aos interesses da burguesia, movimentos revolucionários como aqueles ocorridos em 1830 propiciaram condições para a verdadeira explosão industrial que se iniciaria a partir de então. Esse fenômeno está ainda relacionado às profundas transformações de caráter científico-tecnológico que marcaram a segunda metade do século XIX (HOBSBAWM,

1991, p. 192). Dizendo em outras palavras, aquelas “ondas revolucionárias” constituem um importante momento na construção do modelo de sociedade que veio a se desenvolver no mundo ocidental a partir de então.

Além disso, dando espaço e servindo-se amplamente da participação popular, inclusive feminina, as revoluções de 1830 e 1848 marcam um contexto em que os trabalhadores vão se dando conta do seu caráter de classe, dotada, portanto, de interesses e necessidades distintos daqueles que mobilizavam a burguesia. Os movimentos de 1848 foram algo assim como um prelúdio ao acontecimento de 1871, a Comuna de Paris, uma grande, porém rapidamente contida, revolução proletária.

É em torno dos três acontecimentos indicados acima que iremos nos deter nas páginas que se seguem.

## A REVOLUÇÃO DE 1830: QUANDO A ARISTOCRACIA FOI OBRIGADA A CEDER

Antes de tratarmos das revoluções do século XIX, é pertinente nos determos alguns instantes para pensar um pouco a respeito da noção de “revolução”.

Quando falamos em revolução, empregamos uma noção que faz referência a um processo que produz transformações rápidas e drásticas, subvertendo as estruturas sociais, podendo ocorrer de forma convulsiva e insurrecional, ou não. Como tal, uma de suas consequências mais visíveis é a transformação nos modos de vida das pessoas, em termos sociais, políticos, culturais e/ou econômicos. Teríamos assim revoluções de caráter político, tecnológico, cultural.

Sob a ótica marxista, as revoluções contribuem para acelerar as transformações de caráter progressivo pelas quais passam as sociedades. “Nessa perspectiva, a missão das Revoluções de 1848 foi facilitar a transição da ordem absolutista-feudal à capitalista-burguesa (exceto na França, onde já se havia alcançado o estágio de luta entre burguesia e proletariado)” (MARQUES, BERUTTI & FARIA, 2010, p. 69).

Tratando-se de revoluções políticas, elas ainda podem ser divididas em burguesas e proletárias, sendo que os dois principais modelos do período contemporâneo são a Revolução Francesa, para o primeiro caso, conforme Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895), e a Revolução Russa, para o segundo caso.

Observe-se, contudo, que este é um modelo teórico para se pensar a revolução política na Europa. E assim, pretender transpor a idéia de revolução burguesa e revolução proletária para a América Latina, por exemplo, é algo que, por suas peculiaridades históricas, não se aplica diretamente. Pensando dessa maneira, o professor da UNICAMP, Hector Hernan Bruit, baseado em estudos sobre os casos do México, Cuba e Nicarágua, propõe que as revoluções latino-americanas foram de caráter nacionalista e não de classes.

Já no caso do Brasil, o golpe de Estado de 1964 recebeu (e ainda recebe, em muitas situações) a denominação inadequada de revolução, evidenciando, segundo o sociólogo Florestan Fernandes, um profundo caráter ideológico, visando legitimar o poder militar.

Naquilo que diz respeito às revoluções de caráter técnico, embora não exista consenso a respeito, estas podem ser pensadas como um processo de mudanças radicais e qualitativas na base técnica sobre a qual se assenta o sistema produtivo de uma sociedade, sendo a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX aquela que melhor se adapta à definição. Esta se insere na “Era das revoluções” proposta por Eric Hobsbawm, período pleno de revoluções que teriam transformado profundamente o rumo da história humana. (SILVA & SILVA, 2005, p. 362-366).

### **1830: A ARISTOCRACIA DO ANTIGO REGIME COMEÇA A PERDER ESPAÇO**

Após a derrota de Napoleão Bonaparte (1769-1821), ocorrida no ano de 1815, os governos europeus esforçaram-se para tentar recolocar as coisas nos lugares em que eles julgavam que tudo deveria ficar, fazendo o possível no sentido de reverter as transformações sociais, políticas e econômicas que o imperador francês havia auxiliado a acelerar, bem como impedir o avanço do liberalismo burguês.

Foi assim que, em conformidade com o estabelecido pelo Congresso de Viena de 1814-1815, os representantes da dinastia dos Bourbon foram reconduzidos ao trono francês, concedendo-se a coroa a Luís XVIII (1755-1824); e, com a morte deste no ano de 1824, a coroa passou a Carlos X (1757-1836). Ambos eram irmãos de Luís XVI (1754-1793) e haviam fugido da França durante o período revolucionário, trabalhando à frente do movimento contrarrevolucionário. Por isso, durante seus reinados houve intensa perseguição aos bonapartistas e aos defensores da revolução, tornando-se reis impopulares por suas tendências nitidamente conservadoras.

Luís XVIII, embora não abrindo mão do poder absoluto, outorgou uma constituição estabelecendo a igualdade jurídica, a carreira aberta “ao talento” e o governo parlamentar, com direito de voto limitado à propriedade.

Após sua morte, com a subida ao trono de Carlos X, observa-se uma tendência mais acentuadamente antiliberal e contrária aos legados do período napoleônico. Sob o governo de Carlos X foi aprovada a indenização dos nobres que tiveram terras confiscadas durante os tempos da Revolução Francesa. Além disso, a profanação de igrejas passou a ser punida com a morte e o clero recuperou seu antigo direito de exclusividade no magistério, entre outras medidas impopulares por ele adotadas.

Em um contexto de profunda intranquilidade popular decorrente da depressão econômica, nas eleições de 1830 a oposição liberal obteve maioria

dos votos. Em resposta, o rei baixou ordenações que, restringindo os direitos civis, determinavam: 1) a supressão da liberdade de imprensa; 2) alterações na legislação eleitoral, excluindo quase totalmente a alta burguesia; 3) a dissolução da Câmara; e 4) a convocação de novas eleições.

Diante da somatória crise econômica (crise essa que levou muita gente a passar fome) mais crise política, a reação popular veio rápida. Conforme esclarece o historiador inglês George Rudé, ela se deu por intermédio de uma aliança formada entre burgueses liberais e ricos – representados por banqueiros, comerciantes e alguns industriais – e trabalhadores de vários ofícios, artesãos, estudantes, escritores (Apud MARQUES; BERUTTI & FARIA, 2010, p. 65-66). Foi a sua resistência que fez eclodir a revolução no território francês.

Sucederam-se três dias de enfrentamentos entre os revolucionários e as forças fiéis ao rei. Em 27 de julho de 1830, toda a região central de Paris foi tomada pelas barricadas, erguidas na cidade em número maior que em qualquer outra época. No dia seguinte, as tropas de Carlos X foram repelidas ao tentarem conter os revolucionários. Em 29 de julho, a capital foi tomada, chegando os revoltosos ao palácio das Tulherias, residência do rei, o qual se viu obrigado a abdicar ao trono, fugindo para a Inglaterra, onde permaneceria até sua morte, ocorrida em 1836.

Mediante um acordo político de banqueiros e extratos privilegiados da sociedade, o Duque de Orléans, Luís Filipe (1773-1850), foi conduzido ao trono e aclamado pela população, embora esta houvesse aspirado à implantação da república. O novo rei francês apresentava um histórico que destoava, em certa medida, do perfil da nobreza. Ele havia participado da Revolução Francesa, esboçando oposição ao absolutismo e à aristocracia. Chegou até mesmo a aproximar-se do Clube dos Jacobinos e teve que exilar-se na Suíça, Estados Unidos e Inglaterra após a queda dos girondinos, ocorrida em 1793. Apesar dessa atuação, não pode ser considerado propriamente um revolucionário.

Embora Luís Filipe pertencesse ao ramo Orléans da família Bourbon, por ser descendente direto de um irmão do rei francês Luís XIV e primo dos dois últimos reis franceses, sua ascensão ao trono ocorreu por ser ele um partidário da corrente liberal, condição sob a qual conquistou certa simpatia entre os burgueses, os quais esperavam ver atendidos seus interesses e necessidades liberais. Isso se observa, por exemplo, quando constatamos que o novo rei subiu ao poder após concordar em obedecer à Constituição de 1814 (dos tempos de Luís XVIII), fazendo-se cercar por ministros de perfil liberal, nos primeiros tempos de seu reinado, sob a liderança do banqueiro liberal Laffitte. Mas esses ministros foram progressivamente substituídos por conservadores, tais como os historiadores François Guizot (1787-1874) e Adolphe Thiers (1797-1877), entre outros. Embora o número de votantes tenha se ampliado, o direito ao voto prosseguiu atrelado à posse de propriedades, em conformidade com os interesses burgueses.

Tentando dar mostras de que reconhecia a soberania popular, Luís Filipe adotou o título de “Rei dos Franceses”. No entanto, enfrentou a oposição daqueles que o consideravam um usurpador do trono; dos grupos republicanos, que viam a monarquia como superada; e dos bonapartistas, liderados por Luís Bonaparte (1808-1873), futuro Napoleão III.

Um fator de especial importância contribuiu para agravar a crise: os resultados da revolução de 1830 não agradaram a todos aqueles que fizeram a luta, ou seja, trouxeram profunda insatisfação aos trabalhadores. Estes rapidamente tomaram consciência de que a vitória foi explorada exclusivamente segundo os interesses dos empregadores. Nos anos que se seguiram, as ruas continuariam a ser palco de manifestações e protestos não apenas por conta da fome e do desemprego, mas também em prol de interesses da classe trabalhadora. Representativo dessa novidade, entre outros exemplos que poderiam ser lembrados, é o surgimento dos primeiros jornais dos trabalhadores, como foi o caso do *Journal des Ouvriers* (Jornal dos Trabalhadores), criado em 1831, e as insurreições de trabalhadores das indústrias de tecelagem (RUDÉ, 1982, p.107-109).

Nesse aspecto, revela Maurice Agulhon que, por volta de 1830-1831, somente “uma pequena minoria de excêntricos tinha idéias socialistas”. Contudo, “dez anos mais tarde, a questão social já invadira a imprensa e a literatura”. (AGULHON, 1991, p. 16). E prossegue o autor:

Nos anos 1840, é colocada, com efeito, a questão operária. Embora seja difícil determinar com precisão o início de processos objetivos como o advento de máquinas na indústria francesa, as concentrações em grandes oficinas, a duração mais longa da jornada de trabalho e todas as novas formas de ‘pauperismo’ daí decorrentes, tampouco é fácil situar as primeiras manifestações grevistas e indícios de organizações pré-sindicais. Não é difícil, porém, precisar a data em que tais realidades foram reveladas à opinião pública: isto ocorreu entre 1830 e 1840. (AGULHON, 1991, p. 15-16).

Seguiram-se assim quase duas décadas de um conturbado e impopular reinado pontuado por revoltas, tentativas de golpe de Estado e atentados contra a vida do rei, além de crises agrícolas que contribuíam para agravar ainda mais a situação. Em tal contexto, as lutas dos trabalhadores passavam a assumir, paulatinamente, um caráter mais nítido de lutas de classe.



Imagem 1. Eugène Delacroix – A Liberdade guiando o povo, 1831.

A obra mostra que ainda se representava burguesia e operários como dotados de interesses idênticos e, portanto, lutando lado a lado. (Fonte: <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/delacroix-e-a-liberdade>).

## A REVOLUÇÃO DE 1830 VAI ALÉM DA FRANÇA

Com a derrubada dos Bourbon na França, a Revolução de 1830 teve repercussões em diversos países. Um deles foi a Bélgica, que obteve a sua libertação da Holanda, à qual estava unida desde a realização do Congresso de Viena de 1815. Resultou daí a instauração de um novo governo monárquico constitucional mais conforme aos interesses burgueses.

A Polônia se rebelou contra a dominação russa, embora o movimento tenha sido rapidamente derrotado. Em Portugal, na Espanha, na Suíça, na Itália e na Alemanha também ocorreram guerras civis e revoluções. Na avaliação de Eric J. Hobsbawm, a grande onda revolucionária de 1830, que se estendeu por vários países da Europa Ocidental, marcou definitivamente a derrota das aristocracias e a ascensão do poder burguês. E o autor acrescenta:

A classe governante dos próximos 50 anos seria a ‘grande burguesia’ de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda não ameaçadas pelo sufrágio universal (...). Seu sistema político, na Grã-Bretanha, na França e na Bélgica, era fundamentalmente o

mesmo: instituições liberais salvaguardadas contra a democracia por qualificações educacionais ou de propriedade para os eleitores (...). (HOBSBAWM, 1991, p. 129)

Eis aí a capacidade revelada por aqueles movimentos revolucionários no sentido de “limpar o terreno” em favor da burguesia. Outra consequência da maior relevância é indicada pelo autor: o movimento realizado em 1830 determinou “uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França, e dos movimentos nacionalistas em grande número de países da Europa”. (HOBSBAWM, 1991, p. 129).

Além de todo o contexto de oposição ao rei e da crise agrícola e econômica, essa independência e autoconsciência da classe operária – em luta tanto no plano político como no econômico, que começou a se manifestar com maior nitidez após 1830 – contribuiriam para a eclosão de outro grande movimento que analisaremos em seguida, ocorrido 18 anos após: as Revoluções de 1848.

### **AS REVOLUÇÕES DE 1848: A “PRIMAVERA DOS POVOS”?**

Conforme acompanhamos na seção anterior, no início de seu reinado Luís Filipe foi aclamado pela burguesia como o Rei Cidadão, um rei com supostas tendências favoráveis ao liberalismo e sensível ao reconhecimento da soberania popular. Esse perfil não duraria muito tempo e, em breve, seu governo tendeu a uma postura conservadora e extremamente reacionária que em nada coincidia com o perfil desejado pela burguesia.

Durante seu reinado, cidades como Lyon e Paris foram vistas como palco de várias mobilizações e insurreições operárias, por exemplo, protestando por questões salariais, fazendo greves, organizando-se em associações de trabalhadores. Em 1834, Lyon foi palco da maior perturbação civil ocorrida na França entre 1830 e 1848: um levante de tecelões que durou seis dias e resultou em mais de 300 mortes e 500 presos, tendo inclusive repercussões em Paris. Essas manifestações se fizeram acompanhar de uma evolução ideológica: “No curso dessas batalhas, lutando tanto na frente econômica como no plano político, nasceu a classe operária francesa”. Tornou-se, então, cada vez mais evidente a necessidade de organização e associação dos trabalhadores, tendo em vista objetivos que lhes pareciam comuns, enquanto trabalhadores. As rebeliões dos tecelões de Lyon eram conduzidas sob o seu famoso slogan “Vivre en travaillant ou mourir en combattant” (viver trabalhando ou morrer lutando). (RUDÉ, 1982, p. 109-110).

Outro fator contribuiu significativamente para que os trabalhadores franceses passassem a se perceber como uma classe. Trata-se do aparecimento:



(...) de vários escritores – uma nova geração de philosophes – que, embora formados nos princípios democráticos de classe média da revolução de 1789, deram com frequência um novo conteúdo ‘socialista’ à noção jacobina dos Direitos do Homem e dirigiram seus folhetos e livros tanto à classe operária como aos leitores de classe média. As obras mais influentes desses autores foram as propostas de Saint-Simon e de Fourier para uma sociedade industrial planejada; o sonho comunista primitivo de uma utopia icariana, de Étienne Cabet; os escritos de Pierre Leroux sobre o socialismo (ele criou a palavra); a Conspiração dos iguais de Buonarroti baseada na malograda ‘conspiração’ de Babeuf de 1796; a Organização do trabalho de Louis Blanc, o modelo das oficinas ‘sociais’ esboçadas em 1848; e O que é propriedade?, de Proudhon, o manifesto de criação do anarquismo. Alguns desses autores (Louis Blanc, por exemplo) inspiraram-se no movimento da classe operária de Lyon, do mesmo modo que Marx, mais tarde, iria valer-se das lições do movimento dos trabalhadores fabris da Inglaterra para escrever O capital. (RUDÉ, 1982, p. 111)

E assim observa-se que na França, após os movimentos de 1830, as palavras de ordem clamavam pela organização do trabalho, pela associação e pela construção de uma República Democrática (RUDÉ, 1982, p. 113). Além disso, na segunda metade da década de 1840, novas crises econômicas de grandes proporções, experimentadas pela França e outros países europeus, viriam agravar o quadro.

Como já havia acontecido por ocasião da Revolução de 1830, na França e em outros países europeus, a soma de crise política e econômica foi sucedida pela ocorrência de uma nova revolução, a qual resultou na derrubada do monarca Luís Filipe; no seu exílio na Inglaterra, onde permaneceria até sua morte; e na ascensão, em curto espaço de tempo, do novo governante, Napoleão III, inicialmente aclamado pela população. Este já havia tentado derrubar o rei Luís Filipe em duas ocasiões, nos anos de 1836 e 1840.

### NAPOLEÃO III

Napoleão III (Carlos Luís Napoleão Bonaparte) era filho de Luís Bonaparte, rei da Holanda e irmão de Napoleão Bonaparte. Sua carreira política após 1848 foi fulminante. Baseava-se no princípio de aliar uma ilusória dose de democracia, exercida minimamente, com muita autoridade.

Em 1851, quando seu mandato à frente da Presidência da República da França estava chegando ao final, realizou um plebiscito que lhe possibilitou manter-se no poder por mais dez anos. No ano seguinte, através de um golpe de estado, foi proclamado imperador dos franceses, assumindo o título de Napoleão III.

Durante o período, a França inaugurou uma nova era para a sua economia, modernizando transportes e comunicações, mediante a criação de vias férreas, redes telegráficas, serviços postais. Paris e outras grandes cidades foram remodeladas, a indústria pesada passou por acelerado desenvolvimento.

Em 1870, Napoleão III foi feito prisioneiro na guerra contra a Prússia, sendo o regime imperial derrubado.

Mas não se pense que foi apenas isso que caracterizou a Revolução de 1848. Afinal, 1848 deveria ter sido a “primavera dos povos”, uma revolução não restrita apenas ao território francês, mas capaz de abranger a Europa de uma ponta a outra, transformando radicalmente a vida nos países tidos como “avançados”. Foi o que pareceu, inicialmente. Mas não passou de um breve momento em que os sonhos da esquerda e os pesadelos da direita estiveram muito próximos de se concretizar. Foi um período em que a sociedade dividiu-se em duas parcelas: “os que nada possuíam unidos numa ambição comum; os que possuíam alguma coisa, unidos num terror comum” (RUDÉ, 1982, p. 112).

### **LUÍS FILIPE: UM REI IMPOPULAR**

Durante todo o seu governo, Luís Filipe enfrentou dura oposição, que culminou em atentados à sua vida e tentativas de golpe de Estado. Entre os diversos recursos utilizados por seus opositores para dirigir críticas ao seu governo, as caricaturas publicadas em jornais celebrizaram o nome do litógrafo e pintor francês Honoré Daumier (1808-1879), embora também o tenham levado à prisão em algumas ocasiões.

A caricatura abaixo, intitulada *Gargantua*, rendeu-lhe seis meses de encarceramento. Nela, Daumier revela seu humor mordaz e de extrema lucidez em relação aos problemas de ordem política e social que marcaram a França de seus tempos, mostrando como percebia a atuação do rei Luís Filipe.



Imagem 2. Honoré Daumier, Gargantua, 1831  
(fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Honor%C3%A9\\_Daumier\\_-\\_Gargantua.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Honor%C3%A9_Daumier_-_Gargantua.jpg)).

## O GOVERNO PROVISÓRIO FRANCÊS

Após a queda de Luís Filipe, foi criado um governo provisório composto por sete membros defensores do republicanismo, como era o caso do poeta romântico Alphonse de Lamartine (1790-1869), e três defensores do socialismo, cujo principal representante era o historiador Louis Blanc (1811-1882). Entre outras medidas, o governo provisório instituiu o voto universal masculino e uma moratória às dívidas.

Além disso, visando a amenizar os problemas decorrentes do desemprego, o governo criou as oficinas, que consistiam em um programa de obras públicas, objetivando dar emprego a aproximadamente dez mil pessoas. Contudo, seguiu-se uma inesperada e grande afluência de trabalhadores para Paris, somando rapidamente algo em torno de 120 mil pessoas. Esse número ficou, portanto, muito acima do inicialmente previsto, tornando-se um ônus extremamente alto aos cofres, além de ser percebido como uma ameaça à ordem social.

Ao mesmo tempo, a capital francesa passou a atrair grande quantidade de radicais e agitadores, pois fora eliminada a proibição de criação de clubes políticos e a censura às publicações. Todos esses fatores trouxeram o receio entre os membros da classe média, diante do risco da ocorrência de novas insurreições. Isso determinou que as grandes obras públicas insti-

tuídas para dar emprego à população fossem encerradas. A reação popular foi imediata, pois milhares de trabalhadores repentinamente perderam o emprego. Ergueram-se uma vez mais as conhecidas barricadas parisienses, reprimidas com extrema dureza pelo governo. O resultado foi de cerca de três mil mortos e doze mil presos, muitos deles deportados. Os quadros dirigentes dos trabalhadores foram assim dizimados, por fuzilamento, prisão e desterro (RUDÉ, 1982, p. 114).

Visando a restabelecer a ordem, foram convocadas eleições presidenciais, nas quais concorreram o poeta Alphonse de Lamartine, o general Eugene Cavaignac (1802-1857), que havia acabado de massacrar os rebeldes de Paris, e Luís Napoleão Bonaparte, que sairia vencedor e em curto espaço de tempo se coroaria como Napoleão III. Ao elegê-lo, os conservadores buscavam por alguém que acreditavam capaz de lhes proteger as propriedades, enquanto que os proletários optaram pelo candidato que havia publicado alguns panfletos e se correspondido com o socialista Louis Blanc e com o anarquista Pierre Proudhon (1809-1865). Não se pode desconsiderar que havia, ainda, aqueles que se entusiasmaram com Napoleão por seu nome remeter às vitórias e ao poderio francês alcançados durante o governo de seu tio nas primeiras décadas do século XIX.

Acompanhe abaixo como o historiador Maurice Agulhon aborda a existência de três dinastias na França, às vésperas da revolução de 1848.

Na época, a França dispunha de nada menos que três dinastias. Mas a primeira – a dos Bourbon do ramo mais antigo – estava demasiado identificada à Contra-Revolução, à negação do liberalismo, à preeminência do clero; portanto, as forças vivas do país tendiam a não aderir a ela. (...) A segunda casa monárquica, a dos Bonaparte, tinha mais chances, uma vez que o Império inseria-se na linhagem da bandeira tricolor, era um prolongamento da República e podia reivindicar parte da glória e da tradição patrióticas. Um Napoleão, contudo, é sempre visto com reservas pelos verdadeiros amantes da liberdade. (...) A terceira casa monárquica, a dos Orléans precisamente, apresentava problemas bem conhecidos: a idade avançada do rei, cuja capacidade política já declinava; um herdeiro ainda criança e, portanto, a perspectiva da regência de um príncipe pouco conhecido e pouco popular; o desgaste e a corrupção do poder; a política de Guizot, que nas eleições de 1846 preferira ligar-se à direita, aliando-se a alguns legitimistas, em vez de se ligar à esquerda, fazendo concessões ao partido da Reforma. Logo, o regime evoluíra em sentido contrário ao de suas origens quase revolucionárias, e transformara-se em puro conservadorismo – conservadorismo empírico, que nenhuma teoria vinha enriquecer, pois a filosofia da ordem era monopolizada pelo legitimismo e pela Igreja. A análise política mostrava, assim, que

a República – pelo fato de ter adeptos e pelo enfraquecimento de seus rivais – constituía uma solução (AGULHON, 1991, p. 14-15).

## A DERROTA DOS TRABALHADORES

O movimento revolucionário proletário de 1848 falhou em curto espaço de tempo e de forma definitiva, no dizer de Hobsbawm (2007, p. 20-21), historiador que destaca as questões políticas associadas à conjuntura de grave crise econômica como os elementos fundamentais que detonaram o processo revolucionário de 1848.

A seguir, acompanharemos esse processo, seguindo o raciocínio de Eric Hobsbawm, na obra *A era das revoluções*, mais exatamente em sua conclusão, que tem o sugestivo subtítulo “rumo a 1848”.

Na Europa absolutista, a rigidez dos regimes políticos de 1815, que foram projetados para rechaçar toda mudança de teor nacional ou liberal, não deixou qualquer escolha até mesmo para o mais moderado dos opositoristas, a não ser a do status quo ou da revolução. (...) Os regimes de 1815 tinham que ser banidos, mais cedo ou mais tarde. Eles próprios o sabiam. A consciência de que ‘a história estava contra eles’ minava sua vontade de resistir. Em 1848, o primeiro sopro de revolução, dentro ou fora, iria atirá-los longe. Porém, a menos que houvesse um sopro dessa ordem, eles não cairiam. Mas ao contrário dos países liberais, as fricções relativamente menores dentro dos regimes absolutistas (...) se transformaram em vibrações políticas de importância.

Teoricamente, a França de Luís Filipe devia ter partilhado da flexibilidade política da Grã-Bretanha, da Bélgica, da Holanda e dos países escandinavos. Na prática, isto não aconteceu, pois embora fosse claro que a classe governante da França – os banqueiros, financistas e um ou dois grandes industriais – representava somente uma parcela dos interesses da classe média e, além disso, uma parcela cuja política econômica não era apreciada pelos elementos industriais mais dinâmicos, bem como pelos diversos velhos resíduos feudais, a lembrança da Revolução de 1789 se constituía em um obstáculo para a reforma. A oposição consistia não só de uma burguesia descontente, mas também de uma classe média inferior politicamente decisiva, especialmente em Paris. (...) Aumentar o direito de voto poderia dar uma abertura aos jacobinos em potencial, os radicais que, ao menos para o veto oficial, eram revolucionários. O primeiro-ministro de Luís Filipe, o historiador Guizot (1840-48), preferiu assim deixar o alargamento da base social do regime ao desenvolvimento econômico, que automaticamente aumentaria o número de cidadãos com qualificação (de proprietário) para entrar na política. De fato isto aconteceu. O eleitorado subiu de 176 mil, em 1831, para 241

mil, em 1846. Porém, isto não era o suficiente. O medo da república jacobina manteve rígida a estrutura política francesa, e a situação política se tornou cada vez mais tensa. (...)

Como as outras crises na política da classe governante europeia, [o movimento de 1848] coincidiu com uma catástrofe social: a grande depressão que varreu o continente a partir da metade da década de 1840. As colheitas – e em especial a safra de batatas – fracassaram. Populações inteiras como as da Irlanda, e até certo ponto também as da Silésia e Flanders, morriam de fome. Os preços dos gêneros alimentícios subiam. A depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas. (...) Os anos de 1846-48 foram maus, mas não tão maus como os de 1841-42, e o mais importante é que foram apenas uma pequena depressão no que era agora, visivelmente, uma inclinação ascendente de prosperidade econômica. Porém, tomando-se a Europa Ocidental e Central como um todo, a catástrofe de 1846-48 foi universal e o estado de ânimo das massas, sempre dependente do nível de vida, era tenso e apaixonado. Assim, pois, um cataclismo econômico europeu coincidiu com a visível corrosão dos antigos regimes. (...) Raras vezes a revolução foi prevista com tamanha certeza, embora não fosse prevista em relação aos países certos ou às datas certas. (HOBSBAWM, 1991, p. 330-332)

E a revolução explodiu exatamente no ano em que Karl Marx e Friedrich Engels publicavam o Manifesto do Partido Comunista, clamando: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Não se tratou, evidentemente, de mera coincidência; afinal, como sintetizou Marx, tratava-se da “primeira grande batalha (...) entre as duas classes que dividem a sociedade moderna” (RUDÉ, 1982, p. 113).

Referindo-se ao processo revolucionário de 1848, Eric Hobsbawm destaca que: “Nunca houve nada tão próximo da revolução mundial com que sonhavam os insurretos do que esta conflagração espontânea e geral (...). O que em 1789 fora o levante de uma só nação era agora, assim parecia, ‘a primavera dos povos’ de todo um continente”. (HOBSBAWM, 1991, p. 130).

Às vésperas da eclosão das revoluções de 1830 e 1848 aqueles que clamavam contra o absolutismo entendiam que o sucesso dependeria de sua realização de maneira internacional e unificada. Ou seja, defendiam que a revolução não poderia se realizar por intermédio da libertação nacional, local. Ela deveria se dar na forma de um fenômeno europeu único (HOBSBAWM, 1991, p. 133).

E em 1848 parecia que era exatamente isso que iria se passar. O exemplo francês foi rapidamente seguido pelos demais países europeus, a uma velocidade realmente impressionante para os padrões do século XIX,

quando uma notícia levava aproximadamente cinco dias para percorrer a distância entre Paris e Viena.

No prazo de poucas semanas, além da França, o sudoeste alemão, a Bavária, Berlim, Viena, a Hungria, a Romênia e a Itália derrubaram seus governos. Tão ampla foi sua influência, que se fez sentir até mesmo no Brasil, com a insurreição ocorrida em Pernambuco, naquele mesmo ano de 1848, a qual ficou conhecida como Revolução Praieira.

## **A REVOLUÇÃO PRAIEIRA (PERNAMBUCO, 1848)**

Na Capitania de Pernambuco, o poder era dividido entre liberais e conservadores, à semelhança daquilo que ocorria no poder central. Havia, contudo, um grupo de intelectuais liberais de tendências democráticas, denominado Partido da Praia, que ascendeu ao poder, obtendo a maioria dos votos para as Assembléias Provinciais.

Imediatamente, o governo central exigiu sua substituição por membros do Partido Conservador, o que levou os praieiros e parcelas da população a rebelarem-se, exigindo voto universal e liberdade de imprensa, passados oito meses do início da Revolução de 1848 na Europa, que lhes serviria de inspiração.

Abrangendo amplas e muito diversificadas regiões em seus aspectos histórico-culturais, as revoluções que irromperam em 1848 apresentaram o que Eric Hobsbawm qualifica como uma retórica comum. Um de seus mais característicos símbolos foram as barricadas, que invadiam as ruas e praças, atrás das quais a população resistiu com bravura. A presença das bandeiras tricolores, conforme já fora adotado durante a Revolução Francesa, foi outro elemento comum.

Para se ter uma ideia da indumentária adotada pelos revolucionários, basta lembrar da imagem do revolucionário Giuseppe Garibaldi (1807-1882). Como ele evidencia, a moda era o uso das gravatas esvoaçantes, dos chapéus de largas abas e das barbas, que eram exibidos orgulhosamente pelos militantes, constituindo-se em elementos capazes de associá-los de imediato à grande causa internacional.

## **GIUSEPPE (1807-1882) E ANITA GARIBALDI (1819-1849): REVOLUCIONÁRIOS**

O italiano Giuseppe Garibaldi é, seguramente, um dos grandes ícones revolucionários do século XIX. Lutou não apenas pela unificação de sua terra natal, a Itália, mas também na Revolução Farroupilha, ocorrida no Brasil (onde se casou com a catarinense Ana Ribeiro da Silva, conhecida como Anita, que passaria a acompanhá-lo em suas lutas), no Uruguai e na França (Guerra Franco-Prussiana).

Nos seus desdobramentos, podem ser citadas outras características comuns na forma como a revolução desenvolveu-se nos diferentes países. Uma delas diz respeito à rápida derrota dos revolucionários. Na França, isso ficou evidente dois meses após a eclosão do movimento, com as eleições realizadas em abril. Então, novas eleições deram uma grande maioria aos conservadores. Logo após, no mês de junho do mesmo ano, seguiu-se a derrota dos trabalhadores revolucionários que ainda resistiam em Paris.

Nas amplas e diversificadas regiões dominadas pelo império multinacional sob o comando da dinastia dos Habsburgos, a derrota ainda se fez acompanhar não apenas pelo retorno dos antigos governantes, como também pela ampliação de seu poder.

### O GRANDE IMPÉRIO MULTINACIONAL DOS HABSURGOS

A dinastia dos Habsburgos reinou na Áustria de 1278 a 1918. Na época da eclosão das Revoluções de 1848, o seu predomínio se estendia ainda pela Alemanha e Itália, incluindo povos tchecos, húngaros, poloneses, romenos, iugoslavos, além de outros grupos eslavos.

Aliados da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial, os Habsburgos viram-se impotentes diante da desintegração de seu império, proporcionada pelas rebeliões das muitas nacionalidades até então sob seu domínio.

Com a derrota na guerra e o Tratado de St. Germain, assinado após o final do conflito, foram reconhecidas as independências da Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Polônia. Três quartos de seus territórios e população foram perdidos, ficando a Áustria privada ainda do acesso para o mar.

Em agosto de 1849 foram derrotados os húngaros e venezianos, 18 meses após a eclosão das revoluções. Eles constituíam os últimos baluartes de resistência, caracterizando-se o fim do movimento com a sua capitulação.

Todos os antigos governantes, exceto o da França, retornaram ao poder, e os líderes revolucionários seguiram, em sua maioria, para o exílio e foram silenciados, com exceção do italiano Giuseppe Garibaldi e, é claro, de dois intelectuais revolucionários que prosseguiram pregando e lutando pela revolução: Karl Marx e Friedrich Engels.

Não obstante, uma importante e irreversível conquista havia sido obtida: a servidão foi definitivamente abolida no império dos Habsburgos. Mais braços ficariam livres para a produção nos moldes burgueses. Nas palavras de Eric Hobsbawm, tratava-se de:

uma modificação irreversível importante: a abolição da servidão no império dos Habsburgos. Excetuando-se esta última, apesar de ser visivelmente uma importante realização, 1848 aparece como a revolução da moderna história da Europa que combina a maior



promessa, a mais ampla extensão, o maior sucesso inicial imediato com o mais rápido e retumbante fracasso. (...)

Todas essas revoluções têm algo mais em comum, o que explica largamente o seu fracasso. Elas foram, de fato ou enquanto antecipação imediata, revoluções sociais dos trabalhadores pobres. Por isso elas assustaram os moderados liberais a quem elas próprias deram poder e proeminência – e mesmo alguns dos políticos mais radicais –, pelo menos tanto quanto os que apoiavam os antigos regimes. (HOBSBAWM, 2007, p. 34-35)

O fracasso de 1848 trouxe mais conquistas e transformações no panorama político europeu. As revoluções tornaram claro que as populações da Europa ocidental não aceitariam mais a regra do direito divino das monarquias. Mais ainda: conforme Marx, a revolução deixava de significar a derrubada de uma forma de Estado, como até então acontecia, para passar a se dar na forma de lutas, visando à superação da sociedade burguesa (RUDÉ, 1982, p. 113).

Na vida política europeia da segunda metade do século XIX, a classe média e, não menos, as classes trabalhadoras, assim como o liberalismo, a democracia política e o nacionalismo, passariam a ser percebidos como personagens e elementos importantes, que não mais poderiam ser ignorados.

### **EM SÍNTESE: A PRIMAVERA DOS TRABALHADORES POBRES NÃO DURA MUITO**

Apesar de sua extensão e da rapidez com que repercutiu em amplas áreas, a Revolução de 1848 foi de curta duração. Passados dezoito meses, os regimes que haviam sido depostos estavam novamente no poder, com exceção da França.

As revoluções posteriores à queda de Napoleão tiveram lugar porque os sistemas políticos impostos à Europa – novamente sob o governo de reis absolutistas extremamente conservadores, defensores dos interesses da Igreja e da aristocracia – revelavam-se totalmente inadequados à nova realidade política do continente, que vivia sob condições de contínuas transformações e intranquilidade nas esferas econômica e social.

Em relação a essas revoluções, Eric Hobsbawm esclareceu que: “Atrás dos ideólogos políticos burgueses estavam as massas, prontas para transformar revoluções moderadamente liberais em revoluções sociais. Por baixo e em volta dos empresários capitalistas, os ‘trabalhadores pobres’, descontentes e sem lugar, agitavam-se e insurgiam-se”. (HOBSBAWM, 2007, p. 20). As revoluções que eclodiram em 1848 foram conduzidas pelos trabalhadores pobres e foram eles que morreram nas barricadas espalhadas na Europa. Foi ainda a sua proeminência à frente do movimento que ate-

morizou políticos, inclusive liberais. Esse medo diante da possibilidade de dar-lhes poder foi um fator decisivo para a sua derrota rápida.

O certo é que, ao final do período que Hobsbawm caracteriza como “A era das revoluções”, e que se estende de 1789 a 1848, a revolução política recuou, ao passo que a revolução industrial avançou. A vitória burguesa sobre a aristocracia se consolidava, ao mesmo tempo em que também obteve êxito em barrar às classes trabalhadoras o acesso ao poder.

Iniciava-se assim aquele período que foi por Hobsbawm denominado de “A era do capital”, cujas balizas temporais são os anos de 1848 a 1875. Período em que ocorre uma transformação e expansão econômica extraordinária e durante o qual o mundo se tornaria capitalista e alguns países transformar-se-iam em economias industriais.

Com sua brilhante capacidade de síntese, o historiador britânico assim definiu esses novos tempos:

O drama mais óbvio desse período foi econômico e tecnológico: o ferro derramando-se em milhões de toneladas pelo mundo, serpenteando em estradas de ferro que cortavam continentes, cabos submarinos atravessando o Atlântico, a construção do Canal de Suez, as grandes cidades, como Chicago, surgidas do solo virgem do Meio-Oeste americano, os imensos fluxos migratórios. Era o drama do poder europeu e norte-americano, com mundo a seus pés”. (HOBSBAWM, 2007, p. 22)

Esse tema será analisado mais a frente, na Unidade II, basicamente em seus aspectos científicos e tecnológicos, dos quais resultaram “titânicas realizações materiais” e, não menos, o “drama do progresso”. Antes disso, contudo, prossigamos com mais uma tentativa frustrada de revolução proletária: A Comuna de Paris, ocorrida em 1871.

### **A COMUNA DE PARIS: IMAGENS DO GRANDE LEVANTE PROLETÁRIO**

Observe a fotografia reproduzida abaixo. Trata-se de uma imagem posada que captou flagrantes de uma grande insurreição popular, ocorrida na França, em 1871, a qual se tornou conhecida como a Comuna de Paris. Podemos considerá-la decorrente das lutas sociais que vinham se desenvolvendo na França, tendo-se seguido à derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana, no correr da qual o imperador Napoleão III foi capturado pelos exércitos inimigos.



Imagem 3. Barricadas durante a Comuna de Paris, 1871  
(Fonte: <http://www.pco.org.br/barricada%20comuna%20de%20paris.jpg>).

Apesar de sua denominação fazer referência à capital, o movimento não ficou restrito a Paris; espalhou-se por outras cidades do país, tais como Marselha, Lyon, Saint-Étienne, Toulouse, Narbonne e Limoges.

Revolução abortada, a Comuna de Paris é analisada pelo historiador Gilbert Achcar como um eco da Revolução Francesa de 1789 e, não menos, um prenúncio das revoluções que estavam por vir no século XX. Um evento, portanto, que diz respeito a duas épocas ao mesmo tempo (In: LÖWY, 2009, p. 24).

A Comuna de Paris de 1871, cuja duração não foi além de dois meses, foi reconhecida por Karl Marx como a primeira revolução conduzida pela classe operária, na forma de um esforço empreendido pelo proletariado visando assumir o controle do poder político, o primeiro movimento insurrecional europeu de inspiração socialista que contou com intensa participação feminina e com uma impressionante diversidade social. Essa diversidade foi assim descrita por Gilbert Achcar, professor da Universidade de Londres: “de boinas operárias a cartolas, passando por chapéus-coco e moles, há chapéus de todas as classes sociais” (In: LÖWY, 2009, p. 31).

Tendo em vista a diversidade social e cultural daqueles que tomaram parte do movimento, não podemos deixar de pensar nas diferentes formas através das quais foi percebido pelos diferentes grupos que tentavam impor seus próprios valores: homens, mulheres, operários...

### A ECLOSÃO DO MOVIMENTO

Em setembro de 1870, Napoleão III capitulou em Sedan, seguindo-se a proclamação da República na França. Em fevereiro do ano seguinte, ocorreu a eleição da Assembleia Nacional, a qual foi constituída prioritariamente por elementos conservadores, seguindo-se a eleição de Luís Adolphe Thiers (1797-1877) para o cargo de chefe do governo provisório.

#### LUÍS ADOLPHE THIERS (1797-1877)

Historiador e político francês, participou na Revolução de 1830, que conduziu Luís Filipe ao trono. Após a Revolução de 1848, que destituiu Luís Filipe, Thiers foi eleito deputado. Em 1871, com o advento da República, tornou-se chefe do governo, instalando uma república que ele qualificava como “pacífica e conservadora”. Afastou-se do governo em 1873.

A forma brutal como Adolphe Thiers conduziu a repressão à Comuna de Paris, contando com o apoio dos prussianos, é apontada por Gilbert Achcar como uma prefiguração das piores atrocidades dentre todas que o século XX conheceria (In: LÖWY, 2009, p. 34).

Esses fatores somam-se à insatisfação popular decorrente da desastrosa campanha movida pela França e consequente derrota frente à Prússia, após a qual Thiers autorizou a entrada dos prussianos na capital, os quais determinaram o desarmamento da população. Tudo isso se passou em um contexto de intensas e não satisfeitas reivindicações da população, tanto no plano social como no plano político, decorrentes da crise econômica agravada pelo conflito.

A população, que havia defendido Paris durante o cerco prussiano em 1870, ao lado da Guarda Nacional, não tolerou as determinações de Thiers e da Prússia, e insurgiu-se contra o governo provisório, que ordenou o massacre da população resistente. Foi organizada a Comuna de Paris, um autogoverno revolucionário – pois era independente, autônomo e proletário – que durou de 18 de março a 28 de maio de 1871.

A data de 18 de março, que marca o início da Comuna, corresponde à tentativa do governo francês de tomar os canhões da Guarda Nacional, conforme exigência prussiana. Com a negativa da Guarda, teve início a revolta popular.



Imagem 4. Parque de artilharia no morro de Montmartre, em 18 de março de 1871 (detalhe). A tentativa de Thiers de tomar os canhões da Guarda Nacional detonou a insurreição (LÖWY, 2009, p. 36-37).

A Guarda Nacional rebelada ocupou então os prédios administrativos e militares existentes em Paris, os quais haviam sido abandonados pelos governistas. Thiers recuou, deixando a capital entre os seus exércitos e o exército prussiano, agora seu aliado, que lhe fornece ainda homens, armas e munições. E, assim, a Guarda Nacional repentinamente viu-se diante da necessidade de assumir todos os aparelhos de Estado de Paris, tanto militares como administrativos, visando a evitar o caos na cidade.

Em seguida, o governo revolucionário, denominado Conselho Geral da Comuna, eleito em 26 de março, decretou a socialização das empresas abandonadas por seus proprietários e convocou os camponeses e todos os cidadãos entre 19 e 40 anos a unirem-se à luta, objetivando derrotar o

exército nacional. Numerosos sacerdotes, incluindo o arcebispo de Paris, tornaram-se reféns dos comunards.

As medidas adotadas pelo Conselho Geral da Comuna evidenciam bem o caráter revolucionário do movimento. Elas objetivavam: assegurar ao trabalhador o valor integral de seu trabalho; a liberdade de imprensa; a separação da Igreja e do Estado; a laicização das escolas públicas; a proclamação da luta de classes e a supressão da exploração do homem pelo homem.

Entre os documentos que restaram do período, um manifesto intitulado *Apelo às mulheres*, datado de 12 de abril de 1871 e assinado por “um grupo de cidadãs”, declarava:

Nossos inimigos são os privilegiados da ordem social presente, todos aqueles que sempre viveram de nosso suor que sempre engordaram com a nossa miséria!

Eles viram o povo se levantar, gritando: Nenhum dever sem direito, nenhum direito sem dever! Desejamos o trabalho, mas para guardar o produto dele! Chega de exploradores, chega de senhores! O trabalho e o bem-estar para todos, o governo do povo por si mesmo – a Comuna – viver livre trabalhando, ou morrer combatendo!

E o temor de se verem chamados perante o tribunal do povo levou nossos inimigos a combater a maior das maldades: a guerra civil!

Cidadãs de Paris, descendentes das mulheres da Grande Revolução, que, em nome do povo e da justiça, marcharam sobre Versalhes, levando cativo Luís XVI, nós, mães, mulheres e irmãs deste povo francês suportaremos por mais tempo que a miséria e a ignorância façam de nossas crianças inimigos, que pai contra filho, irmão contra irmão, venham eles se entrematar sob os nossos olhos, pelo capricho de nossos opressores, que desejam o aniquilamento de Paris, após a terem entregue ao estrangeiro? (LUQUET & DUNOIS, 1968, p. 76)

A fala daqueles que se consideravam como oprimidos, no caso em destaque expressa por representantes do sexo feminino, demonstra que havia clareza quanto aos diferentes interesses manifestados por diferentes grupos sociais. Suas práticas políticas, sociais, discursivas, evidenciavam, em meados do século XIX, as contradições existentes não apenas entre suas reais condições de vida, mas, não menos, na maneira de pensar o mundo, de atribuir-lhe significado.

Contudo, conforme avalia Gilbert Achcar:

Revolução política e social cuja ponta de lança é uma milícia pouco conforme com os critérios da arte da guerra, a Comuna aposta em primeiro lugar e acima de tudo no contágio revolucionário de seu exemplo e na indignação suscitada entre republicanos de toda sorte pela maneira de agir do governo Thiers e da Assembléia

Nacional monarquista. Despachará mensageiros para as cidades de província, e organizará até mesmo um lançamento de balões para jogar panfletos endereçados ‘Aos trabalhadores do campo’ e que terminavam com a proclamação deste triplo objetivo: ‘Terra para o camponês, ferramenta para o operário, trabalho para todos’. (In: LÖWY, 2009, p. 28)

Melhor preparadas e dispendo de mais armamentos, as tropas do governo sitiaram Paris e conseguiram penetrar na cidade em 21 de maio. O período de 22 a 28 de maio tornou-se conhecido como “Semana Sangrenta”, durante a qual Paris foi incendiada e aproximadamente 20 mil parisienses foram mortos, sendo 17 mil executados – segundo registros, muitos jogados ainda vivos nas valas comuns –, contra algo em torno de mil mortos pertencentes às tropas do governo. Aproximadamente 40 mil rebeldes, entre homens, mulheres e crianças, foram aprisionados, sendo submetidos a terríveis condições, enquanto aguardavam julgamento.

Após a derrota dos revolucionários, restaram as fotografias que mostram, provavelmente, os primeiros registros de uma cidade destruída pela guerra.

## OS SOLDADOS DAS BARRICADAS

Acompanhe, no trecho a seguir, como Gilbert Achcar percebe os membros da Guarda Nacional nas barricadas da Comuna de Paris, que figuraram na Imagem 5 (Barricada da rua Saint-Sébastien):

Como parecem orgulhosos e confiantes em suas barricadas, esses guardas nacionais que exibem clarins e tambores, bandeira vermelha ao vento, em poses diversas, em guarda ou descanso, de pé ou de cócoras, o sabre desembainhado apontado para a terra ou para o céu. Não inspiram horror, com suas barricadas improvisadas e seus rostos bonachões ou ingênuos. Nessa ocasião, curiosos, homens ou mulheres, juntam-se à pose, como para sublinhar o clima de quermesse que emana desses primeiros momentos, um clima amistoso, ilustrado pelo menino que um guarda segura pela mão diante da barricada da rua Saint-Sébastien. Essas imagens mostram bem o que foi a Comuna: muito entusiasmo, pouca disciplina, bons sentimentos, eficácia duvidosa, um povo em armas e não uma ‘armada popular’. (In: LÖWY, 2009, p. 25)

Contemporâneo da Comuna de Paris, Karl Marx pronunciou-se a respeito, definindo-a como uma luta do proletariado contra a burguesia. O caráter revolucionário da Comuna recebeu destaque nas páginas do seu livro *A guerra civil na França*, conforme se vê a seguir:

Os proletários da capital – dizia o Comitê Central no seu manifesto de 18 de março – no meio dos desfalecimentos e das traições das classes governantes compreenderam que para eles tinha chegado a hora de salvar a situação tomando em mãos a direção dos negócios públicos (...) O proletariado (...) compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder. (...) Uma vez desembaraçado do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava desejava de quebrar a força espiritual de repressão, o ‘poder dos curas’, pelo desmantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto corpos dominantes. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo desembaraçadas de toda a interferência de Igreja e Estado. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas a própria ciência liberta das grilhetas que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto. (...) Quando a Comuna de Paris tomou a direção da revolução nas suas próprias mãos; quando simples operários ousaram pela primeira vez infringir o privilégio governamental dos seus ‘superiores naturais’ e, em circunstâncias de dificuldade sem exemplo, executaram a sua obra modestamente, conscienciosamente e eficazmente – executaram-na com salários, o mais elevado dos quais mal atingia, segundo uma alta autoridade científica, um quinto do mínimo requerido para uma secretária de certo conselho escolar de Londres – o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva, à vista da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, a flutuar sobre o Hotel de Ville. (Apud MARQUES; BERUTTI & FARIA, 2010, p. 56-58).



### RESUMO

Com as revoluções ocorridas na Europa nos anos de 1830 e 1848, a vitória burguesa sobre a aristocracia tendeu a se consolidar, ao mesmo tempo em que ela obteve êxito em barrar às classes trabalhadoras o acesso ao poder. Mas estas não ficariam caladas por muito tempo: deflagraram uma grande revolta popular em 1871, a Comuna de Paris, que surgiu como um prenúncio das insurreições proletárias que se seguiriam no século XX.

Sob tais condições políticas teve início aquele período que Eric Hobsbawm denominou de “A era do capital”, momento de crescimento econômico e desenvolvimento industrial.





## ATIVIDADES

1. Como podemos distinguir o papel desempenhado pela burguesia nas revoluções de 1830 e 1848?
2. Como você justifica o fato de os movimentos de 1830, 1848 e 1871 serem analisados como revoluções?
3. Produza uma síntese de aproximadamente uma lauda, destacando o caráter revolucionário da Comuna de Paris.

## SUGESTÕES DE LEITURA

HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções: Europa (1789-1848). 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

AGULHON, Maurice. 1848, o aprendizado da República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LÖWY, Michael (Org.). Revoluções. São Paulo: Boitempo, 2009.

As obras sugeridas serviram de referência nesta Unidade e você pode ter certeza de que vale a pena conhecê-las na íntegra. Hobsbawm nos oferece uma panorâmica sobre o período 1789-1848, marcado pelas revoluções, enquanto que Agulhon centra sua análise no contexto político do movimento de 1848. O volume organizado por Löwy, historiador brasileiro radicado na França, inicia com a Comuna de Paris e avança pelo século XX, analisando revoluções documentadas pela fotografia.